Parte III - Trajetórias, Categorias, Implicações
Capítulo 9 - “Convívio e Contaminação”: uma análise sócio-histórica sobre epidemias, demografia e povos indígenas na obra de Darcy Ribeiro

Carolina Arouca Gomes de Brito

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BRITO, C.A.G. “Convívio e Contaminação”: uma análise sócio-histórica sobre epidemias, demografia e povos indígenas na obra de Darcy Ribeiro. In: SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. *Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 202-220. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9. <https://doi.org/10.7476/9786557080139.0010>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Trajetórias, Categorias, Implicações

“Convívio e Contaminação”: uma análise sócio-histórica sobre epidemias, demografia e povos indígenas na obra de Darcy Ribeiro*

Carolina Arouca Gomes de Brito

Em 1956, o jovem antropólogo Darcy Ribeiro, então com 34 anos e ligado ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), publicou na revista *Sociologia* um emblemático artigo intitulado “Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas”. O texto é o resultado de suas observações de campo, combinadas à análise de um vasto material documental, disponível nos arquivos institucionais do SPI. O período analisado é, em grande parte, a década de 1940, porém, são citados, ao longo do estudo, materiais arquivísticos das décadas anteriores, bem como registros de campo referentes aos anos 1950.

Passadas seis décadas da publicação de “Convívio e contaminação”, pode-se dizer que o texto de Ribeiro é um documento marcante não somente pela temática tratada, como também pelas fontes de dados utilizadas, procedimentos de análise empregados e, sobretudo, pelo cenário que delineia acerca do futuro dos povos indígenas no Brasil. Por essas características, o artigo se insere como peça-chave nas reflexões do antropólogo que resultaram em importantes ensaios e livro sobre a temática indígena produzidos por ele, posteriormente, em sua carreira, em particular como capítulo do livro *Os Índios e a Civilização*, de 1970.

Se “Convívio e contaminação” tem sido comentado nos meios antropológicos desde sua publicação há mais de meio século, foi somente em décadas recentes que pesquisadores interessados nos temas da saúde e demografia dos povos indígenas têm também chamado atenção para a importância das reflexões do autor (Coimbra Jr., 1987; Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005). O antropólogo enfatiza que “características internas próprias às diversas sociedades tinham o potencial de influenciar a trajetória demográfica no período subsequente à crise populacional” (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005: 17). Ou seja, haveria uma íntima relação entre características socioculturais e comportamento demográfico. Nesse sentido, a “depopulação” provocada pelas epidemias poderia ocasionar uma profunda desorganização social das sociedades indígenas:

Isto ocorre, pois, como observa Ribeiro (1956), um sistema social só pode operar à base de um número mínimo de membros, o qual, uma vez diminuído, inviabiliza

a vida social nos moldes tradicionais. O autor exemplifica com o caso Kaingang, cuja estrutura social tradicional fundamentada em uma divisão individual em metades exógamias, regia que os casamentos dever-se-iam dar entre membros de metades opostas. (Coimbra Jr., 1987: 28)

Apesar de “Convívio e contaminação” ser um texto amplamente conhecido em áreas como antropologia e demografia indígena, chama atenção a ausência de análises sobre o contexto da sua gênese, fontes e linhas argumentativas. O objetivo deste capítulo é situar historicamente as reflexões de Ribeiro a respeito da temática da demografia e impactos da depopulação sobre a organização social dos povos indígenas, assim como caracterizar a abordagem da saúde indígena que, à época, contribuiu para a construção de uma perspectiva de análise que concebeu as relações interétnicas como uma questão antropológica. O capítulo está estruturado em duas seções, que cobrem a trajetória acadêmica e profissional de Ribeiro no âmbito da antropologia, a gênese e conteúdos de “Convívio e contaminação”. Ao final, discorre-se sobre a relevância das reflexões do antropólogo para o campo da demografia e saúde indígena no contexto contemporâneo.

Trajetória de Darcy Ribeiro: breves apontamentos

O interesse acerca do tema do contato entre índios e “brancos”, índios e não índios, índios e sociedade nacional, ou índios e civilizados – todos termos utilizados nos documentos oficiais consultados para a análise de Ribeiro – mobilizou o antropólogo durante grande parte de sua trajetória acadêmica e profissional. Sua carreira teve início em 1944, quando ingressou no curso de bacharelado em ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Antes, porém, entre 1939 e 1943, cursou medicina na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Nesse mesmo período, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), começou a participar ativamente do movimento estudantil do diretório central de Minas Gerais e da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, onde passou algum tempo, em 1940. Foi nessa conjuntura que convidou algumas personalidades das ciências sociais da época para ciclos de palestras em Belo Horizonte, entre eles, Donald Pierson, sociólogo americano e professor da ELSP. Pierson, depois de passar alguns dias visitando cidades mineiras na companhia de Ribeiro, convidou-o para uma bolsa de estudos no curso de bacharelado em ciências sociais na ELSP. Ribeiro aceita o convite, deixa em definitivo o curso de medicina em Belo Horizonte e muda-se para São Paulo, onde inicia os estudos em 1944. Dois anos mais tarde, forma-se bacharel em ciências sociais.¹

Ribeiro ingressou no SPI como naturalista em 1947, sob a indicação de seu mestre e orientador na ELSP, Herbert Baldus,² permanecendo na instituição

até 1956. Durante quase dez anos de atuação, Ribeiro realizou pesquisas etnológicas entre inúmeros grupos indígenas, dos quais se destacam: Kaiwá (1947), Terena (1947), Kadiwéu (1947-48), Ofaié (1948), Urubu-Kaapor (1949 e 1951), Kaingang (1953), Xokleng (1953), Karajá (1953), Bororo (1953), Kamauara (1953) e Kuikuru (1953). Além disso, publicou trabalhos científicos, relatórios e pareceres técnicos acerca da questão indígena, criou o Museu do Índio (1953) e desenvolveu o primeiro curso de pós-graduação em antropologia cultural no Brasil (1955-56), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ainda na década de 1950, Ribeiro participou da formulação do projeto de lei em prol da criação do Parque Indígena do Xingu (1952) e de um estudo cancelado pela Unesco (1952-53).

O programa de pesquisas coordenado pela Unesco, do qual Ribeiro fez parte, foi concebido como uma expansão do Projeto Unesco de Relações Raciais, desenvolvido no Brasil entre 1950 e 1951 (Maio, 1999). No âmbito desse novo programa de pesquisas,³ o departamento de ciências sociais da agência coordenou e financiou estudos em seis países (Brasil, Antilhas Francesas, Estados Unidos, Alemanha, Iugoslávia e México).⁴ Essas investigações tinham por objetivo analisar variados grupos considerados à época minoritários em seus ambientes sociais específicos, a fim de compor um quadro comparativo que valorizasse aspectos "econômicos, sociais, educacionais, políticos e mesmo jurídicos dessas populações" (Wagley & Harris, 1958: X-XI). Os pesquisadores deveriam elaborar relatórios baseados nas observações já realizadas em torno da temática das relações raciais, a fim de ampliar a análise com base em uma abordagem comparativa no âmbito da antropologia social, sobretudo em torno das temáticas relacionadas às chamadas minorias.

Para desenvolver seu estudo para a Unesco, Ribeiro mobilizou uma extensa bibliografia sobre a temática indígena, combinada à análise de relatórios oficiais do SPI de períodos anteriores à sua atuação, além de pesquisas de campo com o objetivo de observar as relações estabelecidas entre índios e brancos, sobretudo aqueles que residiam nos arredores de postos indígenas. O trabalho, portanto, uniu registros de pesquisas de experiências anteriores com os índios Guarani, Terena, Ofaié e Kadiwéu do sul de Mato Grosso, os Tembé, Guajajara e Urubu, dos vales do Pinaré e Gurupi no Pará e no Maranhão; além das análises inéditas sobre os grupos Bororo, Karajá, Kaingang e Xokleng. Segundo Ribeiro, em seu relatório de atividades para a Seção de Estudos (SE) do SPI: "Como estes grupos representam as principais variantes nas situações de contato entre índios e brancos no Brasil, nos foi possível delinear um quadro realístico das condições de vida dos índios do Brasil em geral e de seu lugar na estrutura social" (SPI, 1954: 3).

A questão central da análise de Ribeiro sobre as relações entre índios e brancos no Brasil contemplava, portanto, temas como: a ruptura social dos povos decorrente da interação com não indígenas (em particular devido às epidemias),

a ineficiência do SPI, as questões da terra, demografia e saúde indígena no país. Foi nesse contexto que o antropólogo estruturou os argumentos apresentados em “Convívio e contaminação”.

Gênese e versões de “Convívio e contaminação”

Anteriormente, em 1949, por ocasião de suas pesquisas entre os Urubu-Kaapor, Ribeiro já aborda a questão sanitária com base na relação direta entre doença e redução demográfica de grupos indígenas. Essa perspectiva fica clara em seus diários de campo, onde estão registrados inúmeros casos de epidemias de sarampo entre os índios da região, a ineficiência da assistência sanitária oferecida pelo SPI e as consequências marcantes da redução demográfica na estrutura social dos grupos indígenas. Nas anotações do dia 21 de dezembro de 1949, Ribeiro (1996b: 80-81) escreve,⁵

As outras aldeias estão também atacadas pela epidemia. Talvez seja o fim do Urubu ou, ao menos, um golpe tão sério que a resistência que acaso opunham à submissão e degenerescência será destruída. O posto não tem nenhum recurso para atendê-los e, se não estivéssemos aqui, provavelmente nem se lembrariam de apelar para a inspetoria, pedindo providências urgentes. Os veriam morrer, lamentando muito de braços cruzados. É um crime que o SPI, depois de vinte anos de pacificação, não tenha feito vacinar esses índios contra doenças tão comuns, de imunização tão fácil e barata e tão terrivelmente fatais para eles.

No relatório oficial sobre o primeiro período entre os Urubu-Kaapor, entregue à diretoria do SPI em 1950, Ribeiro expõe de forma clara sua hipótese acerca da relação entre doenças, carências assistenciais e desestruturação social de grupos indígenas:

Na região percorrida por mim, a situação era a mesma. Do Posto Felipe Camarão visitei a aldeia Tembê-Urubu (...) e a aldeia Urubu de Kuaxi – Puru, ambas atacadas pela epidemia, desertas, os índios na mata, fugindo do sarampo e já atacados por eles. Daí seguimos para aldeia Major (...). Também aí todos doentes, na mata, e o mais deplorável é que morriam já não da doença, mas de fome. Suas enormes roças de mandioca por que passávamos de nada lhes serviam. Não havia qualquer pessoa capaz de andar e fazer farinha, mesmo água lhes faltava e sem forças para armar “Tapiría”, muitos ardiavam de febre ao relento, sob a chuva, em redes imundas. Crianças abandonadas ao chão comiam terra, queimavam-se ao fogo que se esforçavam por manter aceso debaixo da rede dos pais. Aí ficamos dois dias ajudando-os no que podíamos: fazendo mingau de bananas verdes para os

sãos, cozinhando sopas pré-fabricadas para os mais doentes, ajudando os Tapiría, fazendo fogo e apanhando água para eles (...). O mais grave é que também no posto a fome matava tanto quanto a doença. (SPI, 1950: 3)

A narrativa de Ribeiro enfatiza desdobramentos das epidemias que ultrapassavam a redução demográfica, quais sejam, quadros de profunda desintegração social, além de deixar clara a incapacidade do SPI na promoção da assistência ao índio naquele momento. As consequências, ou os "efeitos dissociativos de depopulação", como ele denominou, continuariam operando mesmo depois de passadas as primeiras epidemias. Com esse argumento central é que Ribeiro desenvolve "Convívio e contaminação".

A primeira versão do texto foi preparada para uma apresentação na II Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em 1955, na Bahia.⁶ Um ano depois, em 1956, o material foi revisto e publicado na revista *Sociologia*, com o subtítulo: "Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas".⁷ Aproximadamente 15 anos depois, em 1970, foi publicado, sem o subtítulo, como um dos capítulos do livro *Os Índios e a Civilização*.

As versões do texto de Ribeiro não apresentam grandes diferenças de forma ou de conteúdo e seguem um idêntico ponto de vista argumentativo. A questão indígena é abordada a partir de suas principais questões à época, que se referiam ao contato entre índios e brancos, à deficiência do SPI no âmbito da assistência ao índio e aos efeitos socioculturais das epidemias e consequente queda demográfica. As publicações que se seguiram à primeira versão apresentam informações complementares, sobretudo dados estatísticos (tabelas, pirâmides e gráficos) e algumas supressões de pequenos trechos/palavras. Numa tentativa de exegese do texto de Ribeiro, pontuo as nuances do texto, com base na análise das publicações nas décadas de 1950 e 1970.

A primeira versão é a mais concisa, com apenas 28 páginas e quatro quadros estatísticos. A segunda e a terceira, quase sem diferenças na estrutura do texto, são compostas por 44 páginas e 11 quadros/gráficos estatísticos.

A segunda versão, divulgada na revista *Sociologia*, em 1956, é a mais completa se comparada à primeira, sobretudo em relação à sistematização dos dados. A bibliografia utilizada, quase toda datada das décadas de 1930, 1940 e 1950, é complementada com dados estatísticos de estudos e observações do início do século XX, realizados por médicos e antropólogos vinculados ao SPI, especialmente no contexto de epidemias desencadeadas por ocasião dos primeiros contatos de povos indígenas isolados com não indígenas.

O objetivo central de seu trabalho, segundo o próprio Ribeiro (1953: 3), era "estudar as doenças que foram levadas aos índios através do contato com a civilização e os efeitos dissociativos da depopulação que elas provocaram". A esse propósito, descrito nas duas primeiras versões, é somada mais uma frase no texto

de 1970: “e do *debilitamento* por elas provocado” (Ribeiro, 1970: 273, destaque meu). A clara intenção do autor era explorar a ocorrência de epidemias entre os indígenas como mais um dos fatores desagregadores gerados pelo contato entre índios e brancos até aquele momento.

Nos primeiros parágrafos do texto, Ribeiro recorre à imagem da vulnerabilidade das populações indígenas aos “vírus e bacilos” trazidos pelos “brancos”: “A história da relação entre índios e *brancos* no Brasil ensina que as armas de conquista foram alguns apetites e ideias, um equipamento mais eficiente de ação sobre a natureza, bacilos e vírus, sobretudo vírus” (Ribeiro, 1956: 3, destaque meu).

Ribeiro enuncia, em seguida, que não irá discutir os aspectos biológicos da questão e segue ratificando o efeito nocivo das doenças levadas aos índios pelo contato com a civilização: “Até hoje não foi rigorosamente documentada qualquer moléstia originalmente indígena que passasse à população brasileira, a não ser pequenas micoses (...). É vultoso, porém, o número de entidades mórbidas levadas aos índios (Ribeiro, 1956: 4).

A bibliografia, as fontes oficiais do SPI e as pesquisas de campo utilizadas na composição desse estudo revelaram que as doenças que causaram maior letalidade entre os índios ao longo do tempo foram a gripe e o sarampo. Ribeiro (1956) chega a afirmar que uma das primeiras palavras que as várias tribos pacificadas aprenderam dos civilizados (ou que criaram após o primeiro contato) foram para designar a gripe. Entre os Urubu, a palavra usada era *catar* ou *catarro*, entre os Kaingang, *cofuro* (tosse, espirro).

Também o sarampo assolou grupos indígenas inteiros desde os primeiros registros de contato entre índios e brancos, de acordo com a documentação disponível nos registros do SPI, à qual Ribeiro teve acesso para compor sua análise. O mesmo ocorreu com os Kaingang paulistas em 1913, segundo relato de Horta Barboza.⁸ Em 1950, em sua viagem aos aldeamentos Urubu, Ribeiro relatou também um grave surto de sarampo, que havia atingido os índios antes mesmo da chegada de sua equipe. Muitos indígenas fugiram das aldeias e montavam acampamentos nas matas, imaginando fugir também da doença e de seus efeitos. Porém, alguns já estavam infectados e “morriam de fome e de sede, tanto quanto da doença” (Ribeiro, 1956: 8).

Diante desse quadro, Ribeiro refuta o que chamou de “explicação corrente” para o alto índice de mortes provocadas pelo sarampo, pela gripe e outras doenças respiratórias, que estava vinculada à noção de que os indígenas não teriam conhecimento das práticas higiênicas, ou não respeitavam as prescrições de dieta e medicamentos da “nossa medicina”:

Uma explicação corrente para esta virulência tem sido o desconhecimento de práticas higiênicas por parte dos índios e seu costume de refrescarem-se nos rios quando ardiam em febre. Aduz-se, ainda, a dificuldade de fazê-los submeterem-se

a dietas prescritas para estas doenças ou medicarem-se de acordo com as regras de nossa medicina. Tudo isso, entretanto, não explica tão alta letalidade e ainda mais quando se considera que a antiga farmacopeia de mesinhas e a higiene praticada em comunidades rurais hoje não apresentam grande superioridade sobre a dos índios. (Ribeiro, 1956: 5-6)

Ribeiro já abordara o tema da proximidade cultural entre índios e sertanejos, sobretudo no âmbito das dinâmicas alimentares e sanitárias, em outros registros, como em seu relatório ao SPI no ano de 1950:

Compreendendo por civilização o conjunto de técnicas das sociedades industriais modernas, aquela população [população indígena da região do Vale do Gurupi, entre os estados do Pará e do Maranhão] tem tanto de civilizada quanto indígena. Aliás, tivemos ocasião de observar que seu [dos sertanejos] equipamento cultural é, no essencial, idêntico aos dos índios; através de técnicas indígenas é que se encastoram naquelas barrancas procurando tirar dela a subsistência. Vi os negros caçando e pescando com arcos e flechas adquiridos aos índios, imigrantes estrangeiros (círios, portugueses, inglês e um húngaro) tendo como alimentação básica a farinha de mandioca, puba, espremida no tipiti indígena; as casas de pau a pique barreado cobertas de palhas de pindó ou açai são as mesmas que as atuais habitações indígenas; suas poucas roupas, os pés descalços, o ventre inchado de verminose, a malária, a tuberculose, a avitaminose, são também igualmente participadas. (SPI, 1950: 3)

Na perspectiva defendida por Ribeiro em "Convívio e contaminação", o primeiro contato com as doenças dos "civilizados" era em geral letal aos índios, que só apresentavam possibilidades de recuperação após terem desenvolvido resistência a tais doenças. Para corroborar esse argumento, Ribeiro usa como exemplo uma epidemia de varicela entre os Bororo em 1953, na qual cerca de 80% do grupo de 120 indígenas foram atingidos e somente oito indivíduos morreram. Segundo o antropólogo, essa baixa letalidade não poderia ser explicada por uma assistência mais eficiente do SPI aos indígenas (com vacinas), posto que o serviço não tinha um plano de atenção sanitária em suas primeiras décadas de atuação, mas sim por uma "resistência adquirida ou desenvolvida contra essas moléstias". Ribeiro (1956: 8-9) prossegue: "A explicação se baseia no fato, confirmado por vasta documentação de que em populações virgens de contágio certas doenças alcançam um alto grau de letalidade, no primeiro ataque, caindo depois progressivamente". O autor apresenta ainda outra variável para a alta mortalidade entre os indígenas acometidos por doenças infecciosas ao longo do tempo que mais uma vez difere das justificativas referentes à vulnerabilidade biológica ou à falta de imunidade dessas populações. Para Ribeiro, a causa fundamental dessas mortes estaria na "paralisação abrupta das atividades produtivas", ou seja, a debilidade causada pela doença impossibi-

litaria o grupo inteiro de cuidar das demandas para o provimento de alimentos necessários. Essa questão se tornaria ainda mais grave, pois as “tribos indígenas” não contariam “com um sistema de estocagem de alimentos que permitisse *fazer face* a tais eventualidades” (Ribeiro, 1956: 9, destaque do original).

Ribeiro segue discutindo trabalhos realizados no âmbito do SPI em torno da temática indígena, especialmente os produzidos na década de 1950 e que compõem o relatório oficial do SPI de 1954, tais como: a análise do médico sanitarista Amaury Sadock de Freitas Filho sobre o estado sanitário dos índios Xavante, no Mato Grosso, e o levantamento do também médico do SPI naquele momento, Noel Nutels, acerca da ocorrência de tuberculose entre os índios da região do Xingu.

A partir da leitura desses relatórios e das suas observações em campo, Ribeiro compõe um diagnóstico acerca da questão sanitária dos grupos indígenas de uma perspectiva ampla, ou seja, a doença, o contágio e os processos de cura são problematizados correlacionando-os às transformações sociais, culturais e políticas ocorridas no âmbito da assistência ao índio no Brasil, sobretudo pelo SPI. A garantia à saúde do indígena, para o antropólogo, deveria ser acompanhada de uma série de estratégias políticas em torno da questão indígena nacional, como a garantia de terras e o direito à produção agrícola, por exemplo, somada a uma assistência sanitária organizada que compreendesse não somente médicos e medicamentos, mas uma rede de acompanhamento nutricional e educacional voltada para a estrutura sociocultural dos índios. Esse ponto de vista fica claro no trecho em que o autor se refere ao relatório de Leão da Mota sobre a região do Xingu:

Embora se tenham usado os principais recursos da medicina moderna, como a penicilina, a estreptomicina e outros, os médicos assistentes acreditam que o principal fator para a recuperação dos enfermos foi o fornecimento de alimentação regular, o que não puderam ter os grupos não assistidos. Vê-se, pois, a precariedade do equipamento de garantia da subsistência torna estes grupos mais vulneráveis aos efeitos das epidemias. (Ribeiro, 1956: 10)

A precariedade da assistência aos povos indígenas é também relacionada por Ribeiro como um fator importante para o aumento da letalidade de doenças infectocontagiosas, como o sarampo e a gripe, quando atingem grupos indígenas.

Ainda sobre a questão nutricional das populações atingidas por epidemias, Ribeiro recorre ao relatório do médico sanitarista que prestava serviços ao SPI na década de 1950, Amaury Sadock de Freitas Filho, que apresentava um quadro positivo sobre o estado nutricional dos Xavante nesse período, sobretudo porque ainda estariam no início do “convívio com civilizados” e que, por isso, conservariam seus “hábitos alimentares tradicionais” (Ribeiro, 1956: 13).

O antropólogo continua sua argumentação citando outro relatório, o do médico também vinculado ao SPI Leão da Motta, de 1955, sobre um estudo

sanitário realizado entre os Kaiwá e os Terena do Sul do Mato Grosso, que mantinham "contatos seculares com civilizados". A situação nutricional desses grupos, diferentemente da dos Xavante, era descrita como negativa: 60% dos indígenas apresentavam sinais clínicos de anemia e subnutrição (SPI, 1955).

Ribeiro conclui sua tese sobre a relação entre estado nutricional, contato entre índios e brancos, e aumento da letalidade das epidemias nos grupos indígenas com base no que ele chamou de "moléstias carenciais":

As moléstias carenciais que não ocorrem, ao que sabemos, em populações isoladas, são frequentes nos grupos em convívio com civilizados e se prendem à adoção de novos hábitos alimentares, bem como ao abandono das antigas fontes de suprimento que lhes garantiam o vigor físico. À medida que se intensificam os contatos e os índios vão adotando as práticas e os preconceitos alimentares das populações rurais surgem os distúrbios motores, as lesões oculares e outras, que parecem devidas a insuficiências alimentares. (Ribeiro, 1956: 12)

Na segunda parte de "Convívio e contaminação", Ribeiro apresenta dados estatísticos que visam a demonstrar a hipótese da progressiva redução populacional de grupos indígenas causada por doenças introduzidas pelos brancos no processo do contato. Parte do material é exposta na forma de gráficos e quadros que comparam a composição etária das populações investigadas (Figura 1). Não é indicado no texto o período de cada levantamento, porém subentende-se que as informações demográficas são oriundas dos arquivos do SPI, que foram investigados pelo autor para fundamentar seu argumento. Possivelmente se referem a dados coletados entre as décadas de 1920 e 1950.

Os dados apresentados na Figura 1 referem-se à "estrutura demográfica" de "tribos", que, segundo Ribeiro (1956: 17), "diferem no grau de contato que mantêm com civilizados e também em suas formas de adaptação ecológica". Contudo, o antropólogo enfatiza que tais dados não deveriam ser tomados como representativos das características das populações indígenas em geral, mas sim daquelas "tribos" específicas, e nos respectivos contextos no quais foram colhidos. Desse modo, as informações apresentadas teriam "valor de instantâneos da vida tribal no momento em que foram contadas,⁹ proporcionando visualizações mais realísticas do que se poderia obter, por qualquer outra técnica, da estrutura demográfica tribal num dado momento" (Ribeiro, 1956: 20).

A comparação das composições demográficas dos 13 grupos indígenas analisados, segundo o autor, revelariam três "padrões estruturais distintos": o primeiro padrão representaria uma baixa longevidade entre os indígenas, sobretudo pela reduzida porcentagem de indivíduos maiores de 40 anos; o segundo, um equilíbrio etário proporcional, com altas porcentagens de indivíduos com mais de 9 anos de idade, o que para Ribeiro, caracterizava o grupo apto ao crescimento;

por fim, o terceiro padrão identificaria “predomínio de indivíduos maduros”, o que revelaria uma população estabilizada.

Figura 1 – Série comparativa da composição etária percentual da população de treze tribos indígenas

Fonte: “Convívio e contaminação” (Ribeiro 1956: 19).

O segundo, o terceiro e o quarto quadros referem-se à distribuição por sexo e por idade dos grupos indígenas analisados. Reproduzo os respectivos títulos: Quadro 2: “Distribuição por sexo e idade da população Gorotire (1952), Kuben-kran-kegn (1952), de um grupo Parintintin (1928), e de dois grupos Bororo (1932)”; Quadro 3: “Distribuição por sexo e idade das populações Kaingang de São Paulo (1953), Xokleng de Santa Catarina (1953), Urubu (1950) e Kuikuru (1954)” e Quadro 4: “Distribuição por sexo e idade das populações Kadwéu do sul de Mato Grosso, recenseadas pelo autor em 1948; Karajá do Posto Indígena Getúlio Vargas e da Aldeia Fontoura, Goiás, em 1952, segundo dados colhidos por Hugo Mariano Flores; das aldeias Tenetehara de Altamira, Uchoa, Farinha, Mundo Novo, Colônia, S. José e Coco do município de Barra do Corda, no Maranhão, e das aldeias Canelas do Porquinho e Raposa, no mesmo município, segundo censo realizado pelo SPI em 1939”. Cada um desses três quadros é representado também por uma pirâmide demográfica. Além disso, ao longo segunda parte do “Convívio e contaminação”, são dispostos outros quadros estatísticos, sem títulos, a saber: “Quantidade de filhos por mulher, por faixa etária” (dados recolhidos entre os Bororo em 1934 por Herbert Baldus), “Mortalidade infantil indígena” e “Número médio de crianças

por mulher" (ambos derivados de pesquisas realizadas pelo médico do SPI João Seroa da Motta entre os Kuikuru em 1954).

A dimensão da quantificação de dados demográficos por Ribeiro possivelmente se associa à dupla atuação do autor, quais sejam, a de antropólogo especializado e a de funcionário do Estado, o que justificaria a escolha pela representatividade dos dados burocráticos em torno da questão demográfica. A isso também se associa a metodologia de análise escolhida por Ribeiro, que articulou dados documentais (relatórios e inquéritos realizados por médicos do SPI) às suas pesquisas de campo, a fim de compor um quadro da situação da saúde e da demografia indígena no período.

Ao longo de "Convívio e contaminação", o autor elencou algumas "condições peculiares" que teriam determinado, à época, o maior ou o menor impacto das epidemias e/ou do contato entre índios e brancos. Entre esses fatores estariam: lutas em defesa dos territórios, "convívio pacífico" ou não com a sociedade nacional, "práticas abortivas" e "infanticídio". Ao mesmo tempo que Ribeiro faz comentários sobre a representatividade desses levantamentos, ele os utiliza para caracterizar a situação das populações indígenas em perspectiva histórica, sobretudo em relação à dinâmica do contato entre índios e brancos:

Estes dados, embora precários, indicam que, após as reduções maciças que se seguem aos primeiros contatos, alguns grupos indígenas alcançam uma acomodação que lhes permite sobreviver, enquanto outros continuam diminuindo até o desaparecimento. Que fatores influem no processo, condenando algumas tribos ao extermínio e permitindo a outras retomar um certo equilíbrio demográfico que lhes assegure a sobrevivência? Tantos elementos circunstanciais podem atuar para modificar o processo em cada caso concreto, que só historicamente ele poderia ser explicado. Entretanto, pelo menos em alguns casos, é cabível explicar a sobrevivência ou o extermínio pela atuação de condições estruturais e funcionais anteriores ao contato. O estudo destas condições impõe, inicialmente, a análise do comportamento das estruturas demográficas em face dos sucessos que se seguem ao convívio pacífico, particularmente com referência aos fatores de depopulação. (Ribeiro, 1956: 17)

Ribeiro intentava, com essa análise, compreender a dinâmica social daqueles grupos, principalmente a partir do impacto das epidemias: "A análise das estruturas demográficas tribais nos ensina, pois, que certas condições socioculturais podem predispor uma população ao extermínio por efeito do contágio de epidemias" (Ribeiro, 1956: 37).

Salvo as distinções estruturais (fertilidade, natalidade, mortalidade) e/ou ambientais que configuram cada grupo indígena, a conclusão de Ribeiro é que, quanto maior o isolamento do grupo, maiores são as possibilidades de sobrevivência, já que a principal causa da depopulação dos grupos indígenas tem sido as doenças "levadas aos índios através do contato com a civilização" (Ribeiro, 1956: 3).

A parte final do texto refere-se aos efeitos dissociativos da depopulação, pois, segundo o autor, mesmo passados os períodos das epidemias, era possível perceber as consequências, no plano sociocultural, nos grupos indígenas atingidos. Nessa seção, Ribeiro baseia-se não só em suas análises de campo, mas também nos trabalhos de Gustavo Dobt (1939) e Arrojado Lisboa (1935), acerca dos grupos indígenas da região do Gurupi no início do século, e também de Charles Wagley (1942), sobre os Tapirapé. Este último antropólogo analisou os registros demográficos dos Tapirapé do Brasil Central, desde o primeiro contato com o branco em 1909 até 1935, e constatou que, após sucessivas epidemias de gripe, febre amarela e varíola, a população indígena dessa região experimentou uma redução da ordem de 85% de seu contingente original. Wagley chamou atenção para as profundas alterações nas relações sociais e culturais do referido grupo indígena, que teriam levado à desorganização de segmentos familiares, econômicos, cerimoniais e mesmo matrimoniais. Sobre os dados analisados por Wagley entre os Tapirapé, Ribeiro (1956: 40) afirma:

Como se vê a depopulação têm consequências específicas sobre o funcionamento da vida social, independente das mudanças culturais ocasionadas pela adoção de novos elementos, como ocorre no processo de aculturação. É que um sistema social qualquer, mesmo o mais simples, só pode operar à base de um número mínimo de membros, o qual, uma vez diminuído, impossibilita a vida social, dentro dos moldes tradicionais.

Ribeiro utiliza ainda outros exemplos de desestruturação social de grupos indígenas, sobretudo em torno da dinâmica social, proveniente da queda populacional relacionada às epidemias enfrentadas ao longo do tempo. Sobre os dados arrolados dos vários segmentos da organização social Kaingang, o autor afirma que “poucos anos depois da pacificação, alguns deles estavam muito reduzidos e outros haviam desaparecido completamente”. Outra consequência direta da alta mortalidade de índios em idade adulta seria a “orfandade de um grande número de crianças” (Ribeiro, 1956: 41, 42) e uma consequente desorganização familiar e social.

O tema do contato entre índios e brancos figurou como um dos principais pontos de reflexão antropológica e institucional na trajetória do antropólogo no âmbito do SPI, e não somente em “Convívio e contaminação”. A natureza desse contato, na perspectiva teórica e também metodológica de Ribeiro, vinculava-se, em geral, aos comprometimentos sociais, demográficos e sanitários a que estariam sujeitos, sobretudo, os indígenas. Desse modo, o problema sanitário era abordado pelo autor como um dos fatores de desestabilização social e cultural de grupos indígenas, e não estava restrito à questão biológica ou à relação saúde e doença apenas.

Importa salientar, ainda, que os recursos da medicina moderna apontados por Ribeiro e citados no relatório de Leão da Mota não alcançavam grande número de grupos indígenas no território brasileiro. A assistência médica oferecida pelo

SPI, ao longo de toda a sua atuação institucional (1910-1967), não foi regular e se mostrou pouco efetiva para enfrentar as devastadoras epidemias que atingiram essas populações. Conforme observaram Brito e Lima (2013: 59), “a saúde indígena era, no período citado, considerada como inoperante, ineficiente e, por vezes, ausente”. Diante desse argumento, mais forte se tornava o discurso de Ribeiro sobre uma assistência sanitária integrada que deveria ser oferecida ao indígena brasileiro. Não somente em “Convívio e contaminação”, mas em grande parte de sua produção científica e institucional em torno da temática indígena, o autor problematizou a questão do contato das populações indígenas com a sociedade nacional envolvente e suas profundas e duradouras consequências. Várias décadas depois de ter se dedicado à etnologia indígena, continuou a se manifestar sobre a questão da forma eloquente que marcou o seu estilo:

um indígena que escrevesse esta história poderia dizer que a marcha da Europa sobre o mundo foi uma marcha de um povo pestilento que levava consigo dezenas de enfermidades antes desconhecidas – como a tuberculose, a varíola, a sífilis, o sarampo, a gripe – e que para cada povo que não havia experimentado o contágio anterior representou uma mortandade trágica (...). Para o indígena, o encontro com o europeu é o encontro com um povo pestilento, que apodrece seus corpos, faz cair seus dentes, arder com a febre. Os restos humanos que sobram dessas epidemias são ainda submetidos a condições de vida tão miseráveis e a uma exploração tão inclemente que acaba por liquidá-los. (Ribeiro, 2007: 54-56)

Considerações finais

No conhecido *Handbook of South American Indians*, organizado por Julian Steward e publicado em 1949, o antropólogo norte-americano apresenta estimativas para o tamanho da população indígena da América do Sul no século XVI, por ocasião da chegada dos primeiros colonizadores europeus, e a subsequente redução demográfica. Como observam Pagliaro, Azevedo e Santos (2005: 16),

ressaltando as dificuldades metodológicas envolvidas, Steward chegou a um valor de aproximadamente 9,1 milhões de indígenas na América do Sul em 1500, que teria decrescido para 6,9 milhões em 1940. Doenças, guerras, perseguições e rupturas econômicas e sociais são apontadas como as principais causas responsáveis pela redução populacional. Para a área relativa ao Brasil, o autor estimou que era habitada por 1,1 milhão de indígenas em 1500, tendo decrescido para 500 mil em 1940.

O tema da redução demográfica da população indígena já chamava a atenção de antropólogos em meados do século XX. Além de tentativas de estimar

as variações populacionais, em face das consequências das interações com os colonizadores em escala temporal mais ampla, estudiosos comumente descreviam, em suas etnografias, os profundos efeitos decorrentes da redução populacional em decorrência de epidemias no âmbito da organização social (Caspar, 1957; Wagley, 1942; Oliveira, 1958; Mussolini, 1946).

É nesse cenário histórico e antropológico que se insere a publicação de “Convívio e contaminação” na década de 1950. Por um lado, Ribeiro abordou um tema que estava sendo frequentemente registrado em estudos etnográficos e em observações de funcionários do SPI em diversas regiões do país. Por outro, inovou não somente por enfatizar a depopulação decorrente das epidemias como ponto central do processo de desorganização social e econômica das populações indígenas, mas também por apresentar uma argumentação baseada na situação de um amplo conjunto de sociedades. Se os estudos etnográficos sobre o tema tendiam a abordar sociedades indígenas específicas (Caspar, 1957; Wagley, 1942; Oliveira, 1958; Mussolini, 1946), Ribeiro, como funcionário do SPI, teve acesso a dados etnográficos e quantitativos que permitiram delinear um cenário comparativamente mais abrangente. Considerada retrospectivamente, a análise expressa em “Convívio e contaminação” era fortemente marcada por uma perspectiva pessimista, prenunciando o desaparecimento de inúmeros grupos indígenas do país e as dificuldades das sociedades indígenas de sobreviverem como entidades socioculturais diferenciadas.

Como se vê, é catastrófico o vulto da redução populacional sofrida por estes grupos indígenas após os primeiros contatos, ocasionada principalmente pela contaminação pelos agentes mórbidos referidos. Tudo leva a crer que o mesmo tenha ocorrido em todas as tribos, em todos os tempos. (Ribeiro, 1956: 16)

O pessimismo de Ribeiro diante das perspectivas de sobrevivência da população indígena no Brasil, em meados do século XX, não lhe era exclusivo; pelo contrário, era disseminado entre antropólogos, historiadores e indigenistas (Hemming, 2003). Vale destacar, contudo, que, anos mais tarde, o antropólogo reconsiderou sua visão sobre o tema: na década de 1970, sobretudo, a partir dos conceitos de integração e de transfiguração étnica, apresentados de forma completa na obra *Os Índios e a Civilização*, em que enfatizou as possibilidades e/ou os níveis do contato entre índios e brancos na sociedade nacional. Ressalta-se que, a questão central de sua interpretação já estava presente em seus trabalhos na década de 1950 e, potencialmente, no argumento de “Convívio e contaminação”. Talvez por isso, o texto elaborado e reeditado na década de 1950 tenha ganhado espaço na reelaboração teórica na década de 1970, não mais como um retrato de um período, e sim como um indício empírico de sua análise em torno da dinâmica do contato entre índios e brancos no país de uma perspectiva histórica.

Também em 1988, no prefácio do livro *Os Índios e o Brasil*, do antropólogo Mércio Gomes, Ribeiro afirmou que a maioria dos grupos indígenas brasileiros estaria em "franco crescimento demográfico". Nos anos 1990, no prefácio à sétima edição de *Os Índios e a Civilização*, o autor reafirmou: "A boa notícia que tenho para os novos leitores deste livro é que os índios estão aumentando de número. Há trinta anos atrás, eles se reduziram a cerca de 100 mil. Hoje se acercam dos 300 mil e vão aumentar mais" (Ribeiro, 1996a: 1).

Ao longo dos últimos anos, a temática da demografia dos povos indígenas no Brasil tem recebido renovada atenção por parte de antropólogos, demógrafos e pesquisadores da área da saúde (Azevedo, Simoni & Cruz, 2017; Campos & Estantislau, 2016; IBGE, 2012; Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005; Santos, 2016). Em larga medida, isso tem ocorrido porque os dados sobre as populações indígenas, no contexto que se seguiu à redemocratização do país, exemplificado pela Constituição Federal de 1988, passaram a ser produzidos e sistematizados pelo Estado. Além dos diversos trabalhos em antropologia demográfica, com foco em comunidades específicas, cujas análises apontam para importantes níveis de crescimento populacional (Azevedo, Simoni & Cruz, 2017; IBGE, 2012; Santos & Teixeira, 2011), os dados dos três mais recentes censos nacionais (1991, 2000 e 2010) contribuíram para dar maior visibilidade demográfica e estatística da população indígena. Nesse novo cenário, no qual o crescimento demográfico da população indígena é evidente, ao mesmo tempo que a violência contra os povos indígenas persiste, mesmo que com diferentes contornos (Carneiro da Cunha *et al.*, 2017), revisitar a obra de Ribeiro, e "Convívio e contaminação" em particular, ajuda-nos compreender a complexa trajetória das reflexões sobre as interfaces entre história, antropologia, saúde e demografia indígena no Brasil desde meados do século XX.

- * Esse texto é parte do terceiro capítulo da minha tese de doutorado defendida no Programa de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Brito, 2017).
- ¹ Esses dados foram recuperados nos arquivos do Memorial Darcy Ribeiro (Universidade de Brasília) e também da Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (FELSP).
- ² Herbert Baldus foi um antropólogo alemão (1899-1970) que atuou no Brasil entre 1927 e 1970 e foi um importante interlocutor de Darcy Ribeiro, desde a ELSP.
- ³ Refiro-me, com o termo “novo programa de pesquisas”, aos estudos realizados posteriormente aos concebidos pela literatura como Projeto Unesco, compreendendo-os em uma perspectiva de análise complementar aos já realizados.
- ⁴ Os estudos patrocinados pela Unesco, nessa fase, foram realizados pelos seguintes pesquisadores: Darcy Ribeiro (Brasil); Michel Leiris (Antilhas Francesas); Gabriele Wulker (Alemanha); Alfonso Caso (México); Harry J. Walker (Estados Unidos da América) e Milos Radojkovic (Iugoslávia).
- ⁵ Além dos diários de campo acerca do período que Ribeiro passou entre os Urubus-Kaapor (1949-1951), publicados na década de 1990, pude acessar outros diários de campo, bem como sua documentação pessoal e institucional, depositadas no Memorial Darcy Ribeiro.
- ⁶ Os anais da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia foram publicados em 1957.
- ⁷ Para efeitos de uso de citações, utilizarei como base o texto publicado em 1956 na revista *Sociologia*.
- ⁸ Luiz Bueno Horta Barbosa ingressou no SPI em 1910. Entre 1911 e 1917, exerceu o cargo de inspetor regional e, em 1918, tornou-se diretor da instituição, permanecendo até o ano de 1921.
- ⁹ O termo “contadas” é substituído pelo termo “recenseadas” na versão em forma de capítulo do livro *Os Índios e a Civilização* de 1970, p. 288.

Referências

-
- ARROJADO LISBOA, M. A bacia do Gurupy e suas minas de ouro. *Boletim do Departamento Nacional de Produção Mineral*, n. 7, 1935.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1957.
- AZEVEDO, M. M. A.; SIMONI, A. T. & CRUZ, A. K. R. Povos indígenas e censos na década 2010: rumo ao Censo Demográfico de 2020. In: RICARDO, B. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2011/2016*. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.
- BRITO, C. A. G. *Antropologia de um jovem disciplinado: a trajetória de Darcy Ribeiro no Serviço de Proteção aos Índios (1947-1956)*, 2017. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz.
- BRITO, C. A. G. & LIMA, N. T. Antropologia e medicina: assistência à saúde no Serviço de Proteção aos Índios (1942-1956). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 8 (1): 95-112, 2013.
- CAMPOS, M. B. & ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os censos demográficos como ponto de vista. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(2): 441-449, 2016.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *et al.* Indigenous peoples boxer in by Brazil's political crisis. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 7(2): 403-426, 2017.
- CASPAR, F. A aculturação da tribo Tupari. *Revista de Antropologia*, 5: 145-171, 1957.
- COIMBRA JR., C. E. A. O sarampo entre sociedades indígenas brasileiras e algumas considerações sobre a prática da saúde pública entre estas populações. *Cadernos de Saúde Pública*, 3(1): 22-37, 1987.
- DOBT, G. *Descrição dos Rios Paranaíba e Gurupy*. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1939.
- HEMMING, J. *Die if You Must: Brazilian indians in the twentieth century*. London: Macmillan, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2012.
- MAIO, M. C. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41): 141-158, 1999.
- MUSSOLINI, G. Os meios de defesa contra as moléstias e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Bororó. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 110: 7-152, 1946.
- OLIVEIRA, R. C. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terena. *Boletim do Museu Nacional*, 18: 1-17, 1958.

- PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Abep, 2005.
- RIBEIRO, D. Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. *Sociologia*, 18: 3-50, 1956.
- RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- RIBEIRO, D. Prefácio. In: RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- RIBEIRO, D. *Diários Índios: os Urubu-Kaapor*. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- RIBEIRO, D. Prefácio. In: GOMES, M. P. *Os Índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RIBEIRO, D. Sobre o desaparecimento dos indígenas. Entrevista concedida a Heinz Sontag em 1969. In: CAMPOS, S.; COHN, S. & REIS, R. (Orgs.). *Darcy Ribeiro: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2007.
- SANTOS, R. V. Prólogo ao dossiê "Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(2): 231-235, 2016.
- SANTOS, R. V. & TEIXEIRA, P. O "indígena" que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(6): 1.048-1.049, 2011.
- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI). Relatório anual de atividades, Filme 335. Serviço de Gestão Documental / Museu do Índio (Sedoc/MI), 1950.
- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI). Relatório anual de atividades da Seção de Estudos, Serviço de Gestão Documental / Museu do Índio (Sedoc/MI), 1954.
- STEWART, J. H. The native population of South America. In: STEWART, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. v. 5. Washington: Government Printing Office, 1949.
- WAGLEY, C. Os efeitos do despovoamento sobre a organização social entre os índios Tapiapé. *Sociologia*, 4: 407-411, 1942.
- WAGLEY, C. & HARRIS, M. *Minorities in the New World: six case studies*. New York: Columbia University Press, 1958.